MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 34:606

Considerando que, tendo sido criado pelo decreto-lei n.º 34:475, de 2 de Abril último, o Gabinete Técnico dos Aeródromos Cívicos, se torna urgente providenciar para que o referido organismo possa dispor das verbas necessárias para ocorrer ao pagamento dos referidos encargos;

Com fundamento nas disposições do § único do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. A rubrica do n.º 1) do artigo 171.º do capítulo 17.º do actual orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações passa a ter a seguinte redacção:

Para pagamento de todas as despesas do Gabinete Técnico dos Aeródromos Cívicos, incluindo pessoal, material e pagamento de serviços . . . 500.000\$00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 15 de Maio de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — Marcelo José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 10:953

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 6.º do decreto n.º 34:177, de 6 de Dezembro de 1944, que a verba destinada ao pagamento dos vencimentos do inspector superior de Fazenda da tabela de despesa do orçamento geral da colónia da Guiné em vigor seja reforçada com a quantia de 80.000\$, a sair das disponibilidades dos saldos positivos das contas de exercício anteriores.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia da Guiné.

Ministério das Colónias, 15 de Maio de 1945. — O Ministro das Colónias, *Marcelo José das Neves Alves Caetano.*

Portaria n.º 10:954

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 6.º do decreto n.º 34:177, de 6 de Dezembro de 1944, que a verba do capítulo 10.º, artigo 1706.º, n.º 4), alínea a), da tabela

de despesa do orçamento geral da colónia de Moçambique em vigor, destinada a «Passagens de ou para o exterior, por motivo de licença graciosa, a pagar na colónia», seja reforçada com 1:000.000\$, a saírem das disponibilidades dos saldos positivos das contas de exercício anteriores.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Ministério das Colónias, 15 de Maio de 1945. — O Ministro das Colónias, *Marcelo José das Neves Alves Caetano.*

Portaria n.º 10:955

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 6.º do decreto n.º 34:177, de 6 de Dezembro de 1944, que a verba do capítulo 10.º, artigo 1706.º, n.º 4), alínea b), destinada a «Passagens de ou para o exterior, por quaisquer outros motivos, a pagar na metrópole», da tabela de despesa do orçamento geral da colónia de Moçambique em vigor seja reforçada com a quantia de 250.000\$, saindo a contrapartida das disponibilidades dos saldos positivos das contas de exercício anteriores.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Ministério das Colónias, 15 de Maio de 1945. — O Ministro das Colónias, *Marcelo José das Neves Alves Caetano.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Decreto-lei n.º 34:607

O notável desenvolvimento do urbanismo imposto pelas tendências e necessidades da vida moderna provocou muito naturalmente a atenção do Governo quanto ao arranjo e à expansão dos núcleos urbanos com o fim de promover a melhoria das suas condições de existência.

O intuito do Governo em matéria de urbanização não é apenas o de levar à elaboração de planos orientadores da disciplina urbana: a par do aspecto prático e utilitário das obras que se realizarem, têm de ser considerados a qualidade e o valor estético, espiritual, dessas obras.

Compete ao Ministério da Educação Nacional providenciar no sentido de, pela preparação escolar, proporcionar aos técnicos que devem intervir na obra de urbanização a levar a cabo em todo o País os conhecimentos teóricos e práticos aconselhados pela experiência própria e alheia. Sobretudo no ensino da arquitectura torna-se necessário desenvolver a parte referente à urbanologia, que, como complemento daquela, serve o propósito de criar povoações dignas e belas, onde a vida seja cómoda e agradável para os seus habitantes.

Assim, ao mesmo tempo que os diversos ramos de engenharia se vão preparando para a indispensável colaboração técnica na realização dos estudos e trabalhos correspondentes a certas partes da urbanização e se vai criando o ambiente para a cooperação que hão-de prestar os higienistas, os médicos, os sociólogos, nos múltiplos aspectos da administração pública, é indispensável que os cursos superiores de arquitectura ampliem o ciclo dos seus estudos, tendo em vista os problemas urbanológicos. O ensino completo e normal de urbanologia, abrangendo os numerosos problemas que o desenvolvi-